

n.º 014/2026, que "Dispõe sobre a Revisão Geral e Anual dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais de São João Batista do Glória e dá outras providências", encaminhado pela Mesa para tramitação em regime de extrema urgência. Durante a discussão do projeto, o **Presidente Renato** explicou que a matéria tratava do reajuste dos subsídios do prefeito, vice-prefeito, vereadores e secretários municipais. Esclareceu que o percentual aplicado foi de 3,9%, correspondente à reposição inflacionária, destacando que esse índice não é definido pelos vereadores, mas segue determinação legal. Ressaltou ainda que o mesmo percentual foi aplicado de forma uniforme a todos os cargos mencionados, reforçando que se trata apenas de recomposição da inflação, e não de aumento real. **Colocado em sua única votação, o Projeto de Lei n.º 14/2026 foi aprovado por unanimidade.** Nada mais havendo a ser tratado, o **Presidente** declarou encerrada a presente Sessão, e convocou os nobres vereadores para a 59.ª (quingüagésima nona) Sessão Ordinária, a ser realizada em 30 de março, às 19h. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Presidente Renato Mayer Cruz. *Tatiana*

Gonçalves _____
Renato Mayer Cruz _____
Joel Alves Pereira _____
Gleds da Fonseca _____

Ata da 59.ª (quingüagésima nona) Sessão Ordinária, da 2.ª (segunda) Sessão Legislativa da 20.ª (vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de São João Batista do Glória-MG. A sessão teve início às 19h (dezenove horas) do dia 30 (trinta) de março de 2026, sob a presidência do vereador Renato Mayer Cruz.

O Presidente da Casa solicitou a esta Secretária a chamada nominal dos vereadores, tendo comparecido os seguintes *edís*: **Alexandre Maciel, Brenda Garcia de Souza Silva, Cresio Costa, Danilo José Soares Marques, Gleds da Fonseca, Henrique Augusto Corrêa Rezende, Joel Alves Pereira, Renato Mayer Cruz e Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves.** Verificado o número legal de presenças, sob a proteção de Deus e em nome do povo gloriense, o **Presidente** declarou aberta a sessão. Na sequência a ata da sessão anterior foi deliberada e aprovada por unanimidade. Em seguida, o **Presidente**, em nome dos membros da Mesa, autores da matéria, retirou de pauta o Projeto de Lei n.º 15/2026. Prosseguindo, o **Presidente** solicitou a esta **Secretária** a leitura do expediente do dia, que constou o seguinte. **Expediente:** **Expedientes oriundos do Chefe do Poder Executivo:** 1 – Ofício n.º 66/2026 em resposta ao Ofício n.º 79/2026, desta Câmara Municipal. **Expedientes oriundos diversos:** 1 – Ofício n.º 01/2026, da Secretaria Municipal de Fazenda, em resposta ao ofício n.º 52/2026, de autoria da vereadora Tatiana. 2 – Inscrição para uso da Tribuna em Sessão, do cidadão Bruno Brito de Almeida Rosa, para tratar de esclarecimentos técnicos sobre apontamentos realizados em Sessão de Convocação da Câmara Municipal no dia 25/03/2026. 3 – Ofício n.º 01/2026, do COMTUR, solicitando uso do Plenário para reuniões ordinárias em datas específicas de 2026, às 19h, com pedido de uso de equipamentos para gravação. **Expedientes apresentados pelos vereadores:** nada consta. Não houve orador inscrito para falar no **Pequeno Expediente.** Dando continuidade, o **Presidente** declarou aberto o **Grande Expediente** e usaram a palavra

os seguintes vereadores. O **vereador Danilo**, primeiro orador inscrito, iniciou sua fala cumprimentando a comunidade de São João Batista do Glória, o presidente e demais membros da mesa, destacando o início de mais uma semana e apresentando resultados positivos, com ênfase na realização, na última quarta-feira, de audiência com os secretários municipais para apresentação do cronograma de execução do projeto de liberação de escrituras do bairro Jardim Planalto. Ressaltou a importância da participação popular expressiva, possibilitando aos cidadãos manifestarem suas dúvidas e anseios, e destacou que, como resultado da reunião, o Poder Executivo apresentou o cronograma de ações para continuidade do projeto, o que trouxe renovada esperança aos moradores, perceptível, segundo ele, ao percorrer o bairro. Parabenizou o Executivo pela retomada do projeto e reforçou a importância da união entre os poderes e a comunidade. Informou que, a partir do dia 6, os moradores que ainda não apresentaram a documentação necessária devem procurar o CRAS localizado no bairro Maria Rosa, na Avenida 4 de Julho, para regularização das pendências, incluindo atualização de certidões, esclarecendo que tais atualizações seriam necessárias independentemente do momento da retomada do projeto. Destacou que o prazo para entrega da documentação será de até 90 dias e que a Câmara Municipal disponibilizará listas com a documentação exigida, as quais também serão encaminhadas ao CRAS. Em seguida, solicitou o envio de três ofícios verbais ao Poder Executivo. O primeiro, para que sejam prestadas informações claras às famílias sobre a suspensão das aulas entre os dias 13 e 17, em razão dos Jogos Escolares de Minas Gerais, considerando divergências nas informações divulgadas, solicitando ampla divulgação por meio das escolas e redes sociais do município. Esclareceu que não haverá aulas nas redes municipal e estadual, com exceção do ensino integral, permanecendo dúvida quanto à unidade "Xodó". Ressaltou que a escola estadual José Severiano Filho e as escolas municipais Clotilde e Ferreira não terão aulas em razão da utilização dos espaços para alojamento de alunos visitantes. Destacou a relevância dos Jogos Escolares de Minas Gerais, evento que mobiliza escolas de todo o estado e que deverá trazer cerca de mil jovens ao município, ressaltando os impactos positivos na economia local, especialmente nos setores de comércio, hotelaria e alimentação, além da divulgação do município em âmbito estadual. Demonstrou, contudo, preocupação com a necessidade de finalização de melhorias nas estruturas esportivas, como pintura e demarcação de quadras, reforçando a importância de adequada preparação para recepção dos visitantes e realização do evento. Solicitou, ainda, por meio de ofício verbal, a poda de árvores na pista de caminhada, destacando preocupação com a segurança da população devido à baixa iluminação em alguns trechos, especialmente no período noturno, bem como a instalação de câmeras de monitoramento no local. Na sequência, abordou a problemática recorrente da limpeza de lotes urbanos, criticando a atuação pontual e paliativa do poder público, caracterizada, segundo ele, como "enxugar gelo", uma vez que não há cobrança efetiva dos proprietários. Defendeu a aplicação rigorosa da Lei da Cidade Limpa, com responsabilização dos donos dos terrenos, inclusive mediante cobrança dos serviços realizados pela prefeitura no IPTU, questionando a ausência dessa cobrança e solicitando

verificação junto à assessoria jurídica sobre possível irregularidade. Destacou que a falta de manutenção dos terrenos contribui para problemas de saúde pública, como proliferação de dengue e animais peçonhentos, além de sujeira nas vias públicas. Apontou, ainda, a necessidade de conscientização dos proprietários, especialmente daqueles que não residem no município, mas se beneficiam da valorização imobiliária sem contribuir com a manutenção dos imóveis. Reforçou a importância de execução efetiva da legislação para evitar sobrecarga dos serviços públicos e permitir que o município avance em novas ações. Por fim, reiterou a solicitação para que sejam informadas se as últimas limpezas realizadas foram devidamente cobradas dos proprietários e manifestou seu compromisso com a melhoria contínua do município, destacando a satisfação com a retomada do projeto de regularização fundiária e desejando uma semana abençoada a todos, colocando-se à disposição da população. O **Presidente Renato** parabenizou o vereador pela fala e reforçou a questão da regularização documental do bairro Jardim Planalto, destacando conversa proveitosa com o assessor jurídico da Câmara, Sr. Paulo César, ressaltando que o Legislativo está atento ao tema e empenhado em buscar soluções. Informou que há legislação federal, denominada REURB, que possibilita a regularização fundiária sem custos, motivo pelo qual pretende, juntamente com os demais vereadores, buscar esclarecimentos e cobrar providências do Poder Executivo, inclusive com a realização de reunião para tratar do assunto. Na sequência, passou a palavra ao assessor jurídico da Câmara, **Sr. Paulo César da Fonseca**, que cumprimentou os presentes e relatou que, após a audiência realizada na semana anterior sobre a regularização dos lotes do Jardim Planalto, buscou aprofundar seus estudos sobre o tema, estranhando o alto valor já despendido pelo município com escrituras, superior a um milhão de reais, especialmente considerando tratar-se de população de baixa renda. Explicou que a legislação da REURB prevê formas simplificadas de regularização, destacando a modalidade de interesse social, aplicável ao caso, que é isenta de custos cartorários. Relatou, ainda, que, em conversa com especialista da área de regularização fundiária, obteve o entendimento de que não haveria necessidade de lavratura de escrituras, sendo possível realizar diretamente o registro dos imóveis em cartório, inclusive contemplando as edificações existentes. Pontuou que, diante disso, há indícios de que os gastos realizados possam ter sido desnecessários, devendo a questão ser melhor apurada. Esclareceu que o procedimento depende de iniciativa do Poder Executivo, responsável pela documentação e encaminhamentos necessários, incluindo a emissão da Certidão de Regularização Fundiária, indicando, contudo, que grande parte do trabalho técnico já estaria concluída. Retomando a palavra, o **Presidente Renato** propôs o agendamento de reunião entre os vereadores, o Poder Executivo e o setor jurídico municipal, com a participação do advogado da Câmara, visando discutir alternativas para viabilizar a regularização de forma mais eficiente e sem custos para a população, determinando à secretaria da Câmara o envio de ofício solicitando a referida reunião. Em seguida, o Presidente parabenizou o projeto Câmara Jovem, idealizado pelo vereador Danilo e reformulado pela vereadora Brenda, destacando o início das atividades com a participação de cerca de quarenta alunos do ensino médio, que terão, ao longo do ano, encontros voltados à formação política e legislativa, incluindo elaboração de projetos de lei e participação em atividades formativas, culminando com visita à capital do Estado. Ressaltou a

importância da iniciativa para a formação cidadã dos jovens e agradeceu aos envolvidos. Esta **Secretária**, segunda oradora inscrita, que iniciou sua fala cumprimentando os presentes e manifestando condolências à família de cidadã falecida. Em seguida, relatou denúncias recebidas acerca de supostos danos causados por máquinas da prefeitura em propriedades particulares na região da Capetinga, sem posterior reparação, criticando a atuação do Poder Executivo. Apresentou, ainda, demandas relacionadas à necessidade de poda de árvores em praça pública, manutenção de lixeiras em espaços urbanos, reparos em infraestrutura de drenagem e recomposição de cercas, apontando situações que, segundo relatou, evidenciam descaso com a população. Mencionou requerimentos anteriormente apresentados e não atendidos, inclusive quanto à criação de espaço adequado para atendimento com privacidade na área da saúde. Exibiu relato de munícipe sobre problemas decorrentes de construção inadequada de quebra-molas, ocasionando acúmulo de água e risco à saúde, cobrando providências. Abordou também a situação de estradas rurais, criticando a descontinuidade de serviços e sugerindo uso indevido de maquinário público, afirmando que continuará levando ao plenário todas as denúncias recebidas. Cobrou, ainda, informações sobre o início das obras de reforma de unidade de saúde e sobre a entrega de ambulância, destacando que continuará fiscalizando e cobrando ações do Executivo. Ao final, informou o início de curso de capacitação profissional no município, agradecendo aos parceiros envolvidos. Retomando a palavra, o **Presidente Renato** fez considerações sobre a situação das máquinas e da equipe operacional do município, destacando a limitação de servidores e a falta de operadores, o que tem impactado a execução dos serviços. Reconheceu as dificuldades enfrentadas pela administração, mas afirmou a necessidade de apuração das denúncias apresentadas, especialmente quanto ao eventual uso de maquinário em serviços particulares, ressaltando a importância de definição de prioridades diante da limitação de recursos. Em seguida, passou a palavra ao próximo orador. O **vereador Henrique**, terceiro orador inscrito, iniciou sua fala cumprimentando a todos e relatando que inicialmente pretendia não se manifestar, porém decidiu abordar questão recorrente debatida na Casa, referente à falta de operadores no quadro da prefeitura. Demonstrou insatisfação com as justificativas apresentadas, mencionando que anteriormente os problemas eram atribuídos a maquinário quebrado e, agora, à ausência de operadores, o que, segundo ele, evidencia dificuldades na gestão dos serviços públicos. Ressaltou que o período de estiagem é o mais adequado para realização de obras e manutenção de estradas, sendo mais produtivo e econômico, e manifestou preocupação com a possibilidade de os serviços não serem executados por falta de mão de obra, o que poderá acarretar novos transtornos no período chuvoso. Criticou a ausência de iniciativas visíveis por parte da administração para contratação de profissionais, afirmando não observar divulgação de processos ou ações efetivas nesse sentido. Comparou a situação com a iniciativa privada, destacando que, quando há necessidade de reposição de funcionário, a busca é imediata, ao contrário do que, segundo ele, ocorre no setor público. Apontou que a remuneração ofertada pode ser um fator que dificulta a contratação, sugerindo a necessidade de alternativas para suprir a demanda, ainda que

reconhecendo possíveis limitações administrativas. Em aparte, o **Presidente Renato** esclareceu que houve tentativa de contratação por meio de processo seletivo, porém sem êxito, possivelmente em razão da remuneração oferecida, reconhecendo a necessidade de solução urgente para a questão, diante da existência de maquinários disponíveis sem operadores. Na sequência, o **vereador Cresio** solicitou aparte, cumprimentou os presentes e, ao tratar do tema, sugeriu como alternativa a terceirização dos serviços de manutenção das estradas, especialmente no período de seca, visando execução de trabalho mais completo e eficiente, diante da dificuldade de contratação de servidores. Defendeu que tal medida poderia preparar melhor as vias para o período chuvoso. Retomando a palavra, o Presidente Renato ponderou sobre as condições das estradas rurais, destacando que, apesar das dificuldades enfrentadas em razão das chuvas, não houve, em sua avaliação, situações generalizadas de intransitabilidade, como em gestões anteriores, reconhecendo, contudo, que houve pontos críticos. Esta **Secretária Gleds** interveio afirmando que houve locais com dificuldades significativas de acesso, comprometendo a trafegabilidade, comprometendo-se a apresentar registros para comprovação. Por fim, o Presidente reiterou a importância do tema, reconhecendo a necessidade de continuidade dos serviços e de melhorias nas condições das estradas, prosseguindo a sessão com a chamada do próximo orador. O **vereador Joel**, quarto orador inscrito, iniciou sua fala cumprimentando o presidente, demais vereadores e o público presente, agradecendo primeiramente a Deus pelas conquistas e pelos trabalhos realizados. Em seguida, parabenizou os responsáveis pela poda realizada na região da ponte da Cachoeirinha, destacando a melhoria na visibilidade do local, embora reconheça as dificuldades enfrentadas pelo município em razão da falta de servidores. Ressaltou a importância do setor de maquinário, referindo-se ao "acampamento" como o centro das operações do município, onde se concentram as demandas, defendendo a necessidade de organização e finalização dos serviços, bem como a possibilidade de realização de licitações para contratação de empresas que possam auxiliar na execução, especialmente em serviços como roçada de estradas vicinais. Comentou sobre as condições climáticas, destacando que, embora tenha chovido, não houve situações tão graves quanto em anos anteriores, e que é necessário planejamento para execução dos serviços, considerando a limitação de operadores e maquinário disponível. Reforçou a possibilidade de terceirização como alternativa para melhor atendimento ao produtor rural. Na sequência, abordou a questão da regularização fundiária no bairro Jardim Planalto, mencionando que foi procurado por moradores e que a iniciativa apresentada poderá trazer maior clareza e facilitar o acesso da população às informações e aos procedimentos necessários. Relatou, ainda, participação em encontro realizado no município de Nova Resende, juntamente com a servidora Ângela, buscando melhorias no atendimento de saúde, especialmente em relação a cirurgias, exames e próteses. Destacou parcerias estabelecidas com profissionais e instituições, ressaltando que tais articulações têm contribuído para agilizar atendimentos e reduzir filas de espera, demonstrando satisfação com os resultados obtidos. Em seguida, manifestou preocupação com atrasos na liberação de recursos e bens destinados ao município, como trator, veículo e insumos agrícolas, em especial sementes de feijão, apontando entraves burocráticos relacionados à documentação, como o CAJED, e ressaltando o risco de prejuízo aos produtores rurais caso a situação

não seja resolvida com urgência, considerando o período adequado para plantio. Solicitou apoio da presidência e dos demais vereadores para cobrança junto aos órgãos responsáveis, inclusive com possibilidade de atuação direta para resolução do problema. Relatou também atendimento a demanda emergencial na área da saúde, envolvendo paciente que necessitava de vaga hospitalar, destacando as dificuldades enfrentadas em razão da superlotação da Santa Casa e esclarecendo, conforme informações recebidas de profissionais da área, que a limitação não se restringe ao município, mas abrange toda a região. Enfatizou a importância de orientação adequada às famílias e pacientes, evitando deslocamentos desnecessários e riscos à saúde. Destacou conquistas obtidas por meio de emendas parlamentares destinadas ao hospital municipal, como aquisição de camas e aparelhos de ar-condicionado, agradecendo aos envolvidos. Por fim, solicitou ao Poder Executivo a implantação de uma sala de atendimento de extrema urgência no hospital, visando melhorar a estrutura de atendimento e oferecer maior segurança à população diante das dificuldades de encaminhamento para outras unidades de saúde. Encerrando sua fala, agradeceu à população e aos colegas vereadores, desejando uma boa semana de trabalho a todos. O **vereador Sandro**, quinto orador inscrito, iniciou sua fala cumprimentando o presidente, demais vereadores e o público, informando que daria continuidade ao tema da infraestrutura abordado na sessão anterior. Relatou que esteve em contato com o coordenador do setor, Sérgio, buscando informações sobre a situação do maquinário, estradas e pontes, bem como realizou visita à zona rural para verificação das demandas. Informou que a ponte na região do Nileleno deverá ser construída nos próximos dias, destacando que o material necessário já foi providenciado, inclusive com apoio de produtor rural, e que a execução está prevista para ocorrer de forma imediata. Mencionou também a contratação de dois profissionais para realização de roçada nas estradas, especialmente em pontos críticos e curvas com baixa visibilidade, além da utilização de herbicida para agilizar o serviço. Abordou a situação do maquinário, destacando que há equipamentos parados, como retroescavadeiras, caminhões e patrol, em razão da ausência de operadores, inclusive por afastamentos e férias, o que compromete o andamento dos serviços. Ressaltou a dificuldade de execução das atividades diante dessa limitação, reconhecendo os desafios enfrentados pela equipe responsável. Apontou ainda a escassez de cascalho como um dos entraves para a manutenção das estradas, informando que a prefeitura tem dependido de doações de produtores rurais, o que, segundo ele, não é uma solução sustentável, sendo necessário buscar alternativas como abertura de cascalheiras. Destacou pontos críticos em estradas da zona rural, mencionando trechos estreitos que dificultam o tráfego de veículos, informando que há tratativas com proprietários para viabilizar melhorias e ampliação dessas vias. Ressaltou a importância de execução completa dos serviços nos locais atendidos, evitando retrabalhos e reclamações da população. Esclareceu, ainda, que a realização de serviços em acessos dentro das propriedades depende de solicitação do produtor, explicando que intervenções sem alinhamento prévio podem gerar problemas, especialmente em períodos de chuva, quando o solo pode ficar instável. Por fim, manifestou preocupação com a possibilidade de agravamento da situação caso não

haja melhoria na remuneração dos operadores, o que pode resultar na saída de profissionais e aumento do número de máquinas paradas, reforçando a necessidade de providências por parte do Poder Executivo para garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população. Em aparte, o **vereador Danilo** destacou a necessidade de reestruturação administrativa do município, defendendo melhor distribuição dos servidores entre os setores, de forma a evitar sobrecarga em algumas áreas e ociosidade em outras. Sugeriu planejamento mais eficiente, inclusive com utilização de terceirização em períodos estratégicos, como durante férias de servidores, e enfatizou a importância de revisão da folha de pagamento para possibilitar melhoria salarial e novas contratações. Ressaltou que a ausência de planejamento tem levado à repetição de problemas, defendendo ações concretas por parte do Executivo, com apoio do Legislativo, para implementação de medidas estruturais que possibilitem maior eficiência na gestão pública. Concluiu destacando a importância de união entre os poderes e da adoção de medidas práticas para solucionar os problemas apresentados. A **vereadora Brenda**, sexta oradora inscrita, iniciou sua fala cumprimentando o presidente, os colegas vereadores, servidores da Casa e a população presente e que acompanha pelas redes sociais. Em tom descontraído, deu início à sua manifestação destacando a apresentação de vídeo institucional sobre o projeto Câmara Jovem, ressaltando que, embora o tema já tenha sido mencionado, considerava importante reforçar sua relevância. Manifestou satisfação com o início do projeto, destacando que sua concretização foi possível graças ao apoio coletivo dos vereadores e servidores da Câmara, ressaltando que a iniciativa é coordenada por comissão formada por ela, pelo vereador Danilo e pelo presidente Renato. Enfatizou que o projeto representa um investimento direto na formação cidadã dos jovens, indo além de uma simples ação institucional. Explicou que, após reformulação do projeto originalmente denominado Câmara Mirim, optou-se por direcioná-lo aos alunos do ensino médio, especialmente do segundo ano da Escola Estadual José Severiano Filho, justificando a escolha com base no estágio de desenvolvimento dos jovens, período em que há maior consolidação do pensamento crítico, valores e capacidade de tomada de decisão. Agradeceu à direção da escola, professores e alunos pela adesão e parceria. Destacou que o projeto tem como objetivo proporcionar aos jovens a compreensão prática do funcionamento do poder público, do papel do cidadão e da importância da participação social, ressaltando que a cidadania não se aprende apenas na teoria, mas também por meio da vivência. Defendeu que iniciativas como essa contribuem para a formação de adultos mais conscientes, preparados e comprometidos com a coletividade. Ressaltou ainda a importância do conhecimento da legislação, especialmente no âmbito municipal, como instrumento de fortalecimento da cidadania e de proteção contra práticas inadequadas, incentivando a população a buscar informação e compreender seus direitos e deveres. Na sequência, agradeceu ao deputado estadual Zé Vitor Laviola pelo encaminhamento de recursos destinados à aquisição de equipamentos, como motocicleta, projetor, notebook e impressora, voltados ao fortalecimento da área de turismo do município. Agradeceu também ao deputado federal Zé Silva pelo envio de recursos financeiros para a área da saúde, no valor de cem mil reais, bem como pelo encaminhamento de kits de irrigação destinados à agricultura familiar, que serão distribuídos por meio da Emater. Por fim, ressaltou que tais conquistas são resultado do trabalho e da busca por recursos

em benefício do município, agradecendo aos parlamentares pela atenção dispensada à cidade e reafirmando seu compromisso com a população. Encerrou sua fala desejando boa noite a todos. Na sequência, o **Presidente** declarou encerrado o Grande Expediente e facultou a palavra ao cidadão inscrito na **Tribuna Popular**. Durante a tribuna popular, fez uso da palavra o **cidadão Bruno Brito de Almeida Rosa**, que iniciou cumprimentando o presidente, vereadores, público presente e os que acompanhavam pelas redes sociais, colocando-se à disposição para esclarecimentos durante sua exposição. Informou que apresentaria, de forma objetiva, aspectos técnicos relacionados ao levantamento topográfico realizado no bairro Jardim Planalto, incluindo metodologia, equipamentos utilizados, definição de confrontantes e procedimentos adotados. Esclareceu que houve, na sessão anterior, informações divergentes acerca do projeto, tanto por parte do Poder Executivo quanto do Legislativo, destacando a necessidade de correção e transparência dos dados apresentados à população. Informou que a área levantada corresponde a aproximadamente 24 hectares, totalizando cerca de 246 mil metros quadrados, cuja desapropriação foi formalizada em 30 de setembro de 2021. Relatou que foram levantados aproximadamente 456 lotes, enfatizando a complexidade do trabalho técnico envolvido, que inclui levantamento topográfico, identificação de confrontantes, elaboração de plantas e demais documentos necessários, destacando que tais serviços possuem custo elevado quando realizados de forma privada. Ressaltou, contudo, que toda a documentação técnica já foi produzida e se encontra disponível, não havendo necessidade de refazimento dos levantamentos. Ao tratar da regularização fundiária, mencionou a possibilidade de utilização da legislação de REURB, destacando, porém, que o processo é complexo e depende de providências administrativas por parte do município, como emissão da Certidão de Regularização Fundiária. Esclareceu que, caso o município opte por essa modalidade, poderá aproveitar a documentação já existente, evitando retrabalho. Durante sua fala, respondeu a questionamentos dos vereadores, reafirmando que não há necessidade de nova medição dos terrenos, contrariando informações anteriormente divulgadas, o que, segundo ele, gerou insatisfação, inclusive por já ter apresentado documentação técnica e esclarecimentos prévios. Informou ainda que chegou a encaminhar materiais e projetos recentemente à administração. Destacou que atuou de forma técnica e voluntária na elaboração dos trabalhos, mesmo não sendo atribuição direta de sua função à época, com o objetivo de contribuir com o município, possuindo, inclusive, responsabilidade técnica formal pelos serviços realizados. Em aparte, esta **Secretária Gleds** manifestou preocupação quanto à efetiva entrega das escrituras à população, defendendo que o Poder Executivo dê início concreto às ações e assegure a regularização, afirmando que, caso não haja avanço, tomará medidas cabíveis para garantir os direitos dos moradores. Prosseguindo, o **Cidadão Bruno** reafirmou a necessidade de utilização adequada das informações técnicas já existentes e de alinhamento entre os setores envolvidos, visando dar continuidade ao processo de regularização fundiária de forma eficiente e transparente. Dando continuidade à sua fala, Bruno respondeu ao vereador Cresio que a regularização por meio da REURB tende a ser mais demorada, pois o município ainda não possui

legislação específica, sendo necessário que o Executivo encaminhe projeto de lei, com realização de audiências públicas e definição de diversos critérios técnicos, como dimensões mínimas de lotes. Citou como exemplo situações encontradas no Jardim Planalto, onde há lotes com frente inferior ao permitido em regras comuns, o que exigiria adequações específicas na legislação. Ressaltou ainda que, anteriormente, foram realizados desmembramentos autorizados pelo Executivo com base na lei de criação do loteamento, o que permitiu viabilizar a regularização mesmo em casos fora dos padrões atuais. Destacou que a área do Jardim Planalto, originalmente pertencente à Mitra, não era passível de cobrança de IPTU, embora muitos moradores tenham efetuado pagamentos ao longo dos anos. Reforçou que o modelo adotado à época possibilitou a regularização em bloco, enquanto a REURB exige análise individualizada por meio da emissão de Certidão de Regularização Fundiária para cada imóvel, o que prolongaria significativamente o processo. Assim, opinou que seria mais viável dar continuidade às escrituras já iniciadas, encaminhando ao cartório aquelas que já se encontram prontas. Apontou que a população local se encontra desacreditada diante das reiteradas promessas de entrega das escrituras ao longo dos anos, relatando inclusive casos de moradores que deixaram de comparecer às entregas por não acreditarem na efetivação do processo. Informou que foram realizados levantamentos detalhados em todos os 456 lotes, com identificação da situação documental de cada um, incluindo escritura, contrato de posse, recibo ou ausência de documentação. Esclareceu que todo o procedimento foi realizado com ampla formalidade, incluindo publicações em jornal, elaboração de mapas por quadra, memoriais descritivos e plano de loteamento, cuja última revisão ocorreu em janeiro de 2022, após aproximadamente um ano e dois meses de trabalho, mesmo durante o período de pandemia, com equipe reduzida. Comparou que, caso fosse realizado pelo modelo da REURB, possivelmente o processo ainda estaria em andamento. Questionou divergências nos números apresentados anteriormente em sessão, apontando que, embora tenham sido mencionados quantitativos inferiores, o registro oficial do loteamento indica 404 lotes, podendo esse número ser ainda maior em razão de desmembramentos posteriores autorizados, chegando a aproximadamente 430 ou 440 unidades. Manifestou preocupação com a possibilidade de parte da população ficar sem regularização caso haja inconsistência nesses dados. Em resposta a questionamentos, afirmou que todo o levantamento foi realizado de forma minuciosa, com visitas a todos os imóveis, coleta de dados pessoais, documentos, medições em campo e registros assinados pelos moradores, garantindo a rastreabilidade das informações. Relatou as dificuldades enfrentadas durante a execução, incluindo uso de equipamentos próprios, trabalho em condições adversas e dedicação integral da equipe. Reforçou que não houve erro significativo nas medições realizadas, destacando que eventuais variações são inerentes à precisão dos equipamentos e consideradas irrelevantes tecnicamente. Apresentou ainda casos específicos em que houve necessidade de ajustes posteriores por solicitação das famílias, já devidamente solucionados e com documentação pronta há anos para encaminhamento ao cartório. Criticou a informação de que seria necessária nova medição ou retificação de áreas, afirmando que já existem orientações formais do cartório, por meio de nota devolutiva, indicando os procedimentos corretos, como unificação e desmembramento, sem necessidade de refazer todo o levantamento. Ressaltou que todas as etapas sempre

foram realizadas em alinhamento com o cartório de registro de imóveis, respeitando as exigências legais. Enfatizou que toda a documentação e estrutura do processo já se encontram prontas, comparando a situação a “uma massa de bolo já preparada”, restando apenas a finalização dos trâmites para efetiva entrega das escrituras à população. Dando continuidade à tribuna popular, o **vereador Cresio** relatou que acompanhou as medições realizadas no Jardim Planalto, bem como verificou junto ao setor de Tributos da Prefeitura a existência de grande volume de documentos arquivados, afirmando que toda a documentação referente às medições estaria disponível, sendo necessário apenas dar andamento ao processo junto ao cartório. Em resposta, **Sr. Bruno** esclareceu que, durante a transição administrativa, especialmente em sua pasta, não houve um processo formal estruturado, relatando que as informações eram repassadas de forma pontual e sem organização, destacando que sua fala se baseia na realidade vivenciada no período em que esteve à frente da função, sem atribuição de responsabilidade a terceiros. Na sequência, esta **Secretária Gleds** questionou o motivo de se encaminhar a população ao CRAS, considerando que, conforme exposto, a documentação estaria praticamente concluída. **Sr. Bruno** respondeu que a convocação da população se justifica pela necessidade de atualização e complementação de documentos, uma vez que muitos podem estar vencidos, como certidões pessoais, além da existência de pendências por falta de entrega completa de documentos ao longo do processo. **Sr. Bruno** também destacou que o edital apresenta exigências que geram dúvidas, como a solicitação de certidões cujo custo e responsabilidade não estão claramente definidos, citando como exemplo a certidão de inteiro teor, que depende de informações como o número da matrícula do imóvel, muitas vezes indisponível ao cidadão, já que o imóvel ainda se encontra registrado em nome do município. Diante disso, esta **Secretária Gleds** manifestou preocupação quanto à possibilidade de entraves no processo. Em resposta, **Sr. Bruno** afirmou que acredita na conclusão do projeto, ressaltando a importância da mobilização da população para entrega da documentação necessária, lembrando que, em situações anteriores, a falta de documentos impediu o andamento dos processos, muitas vezes por falta de informação adequada. Esta **Secretária** ressaltou ainda que a descrença da população é grande, havendo relatos de cidadãos que não acreditam mais na entrega das escrituras. Em continuidade, o **vereador Cresio** pontuou que a adoção do REURB poderia atrasar ainda mais o processo, sugerindo a continuidade do caminho já iniciado. O presidente Renato ponderou que a análise não deve se limitar ao tempo, mas também considerar os custos envolvidos, destacando a necessidade de avaliar a viabilidade financeira e os prazos de execução. Na sequência, **Sr. Bruno** afirmou que, no cenário atual, não seria viável a aplicação do REURB, uma vez que os lotes já se encontram desmembrados e registrados em nome do município, o que inviabilizaria a regularização sobre área pública nesses moldes. Sugeriu, então, a continuidade do procedimento já iniciado, com o município assumindo os custos, buscando isenções e realizando os registros gradativamente. Prosseguindo, o **Sr. Paulo César** apresentou esclarecimento técnico acerca da legislação aplicável, destacando que a lei municipal aprovada em 2021

autorizou a desapropriação da área e a doação dos lotes aos possuidores, com base na legislação federal de regularização fundiária urbana, que prevê, inclusive, a possibilidade de desapropriação em favor dos ocupantes. **Sr. Paulo César** explicou que, embora existissem alternativas jurídicas, como a regularização direta mediante concordância da parte originária, optou-se pela desapropriação amigável por valor simbólico, conferindo respaldo legal ao procedimento adotado, ressaltando ainda que eventual necessidade de adequação legislativa pode ser suprida por nova lei municipal. O presidente Renato destacou que o objetivo comum é a resolução do problema já existente, devendo-se analisar as alternativas disponíveis, considerando custo e celeridade, para viabilizar a entrega das escrituras à população. Na continuidade, **Sr. Paulo César** ressaltou que, independentemente do caminho adotado, o processo será individualizado, destacando que a etapa mais complexa já foi concluída, restando apenas a obtenção das certidões e demais documentos necessários. **Sr. Bruno** complementou informando que, à época da implantação do projeto, houve articulação com órgãos como Receita Estadual, Receita Federal e cartório, visando reduzir ou isentar custos tributários, além de facilitar os registros, destacando a dimensão do loteamento, considerado de grande porte para o município. **Sr. Bruno** explicou ainda o procedimento de registro, incluindo a publicação obrigatória e a possibilidade de contestação, ressaltando que, não havendo impugnações, o processo segue regularmente, o que ocorreu no caso em questão. Dessa forma, foi reafirmado que a etapa mais complexa já foi superada, restando a finalização administrativa e documental para a entrega das escrituras. Na sequência, o presidente Renato destacou que os próximos passos consistem na conferência da documentação por parte da população, verificando pendências e prazos de validade, conforme orientação do Executivo. **Sr. Bruno** esclareceu que algumas exigências constantes no edital, como a solicitação de CNDs e certidões de inteiro teor, não estão totalmente claras quanto à responsabilidade pelo custeio, destacando que, em situações anteriores, o município arcava com tais despesas em casos de interesse social, especialmente para famílias de baixa renda. **Sr. Paulo César** ressaltou que, caso o processo não seja conduzido pelo REURB, será necessária a apresentação de todas as certidões, além do pagamento de averbações, o que pode gerar custos adicionais tanto para o município quanto para os beneficiários. **Sr. Bruno** acrescentou que, à época, havia critérios relacionados à renda familiar, sendo que beneficiários com renda inferior a determinado limite tinham direito ao registro custeado pelo município, enquanto aqueles com renda superior arcavam com os custos. A **vereadora Brenda** ponderou que é necessário analisar a viabilidade financeira da adoção do REURB, considerando que a regularização incluiria também as edificações, o que poderia gerar impacto, inclusive para aqueles que já receberam suas escrituras, sendo necessário avaliar a possibilidade de aplicação retroativa e os limites legais dessa medida. **Sr. Bruno** esclareceu ainda dados quantitativos do projeto, informando que foram considerados 404 lotes no processo, excluindo-se aqueles que já possuíam escritura ou estavam em fase de regularização por outros meios, ressaltando os altos custos que alguns moradores enfrentaram ao buscar a regularização por conta própria. Na sequência, esta **Secretária** levantou questionamento sobre casos em que o beneficiário faleceu antes de receber a escritura. **Sr. Bruno** orientou que, nesses casos, o ideal seria tratar a situação no âmbito do espólio, por meio de inventário, evitando que o município assumira responsabilidade por

conflitos entre herdeiros. Foi destacado que a documentação deve ser apresentada normalmente junto ao CRAS, cabendo ao Executivo definir a melhor forma de condução do processo, dentro dos limites legais e administrativos. O **vereador Danilo** pediu a palavra, ressaltando a importância da reunião para dar início ao acompanhamento e cobrança das ações do Executivo. Destacou que o momento exige definição de um caminho objetivo, considerando alternativas como o REURB, levando em conta critérios de custo, agilidade e efetividade, reforçando a necessidade de evitar novos atrasos e garantir a entrega das escrituras no menor prazo possível. **Sr. Bruno** confirmou que toda a documentação produzida durante sua gestão foi devidamente entregue à Prefeitura, permanecendo nos setores competentes. Ao final, **Sr. Bruno** fez um apelo aos vereadores para que priorizem a implementação da legislação relacionada ao REURB no município, destacando seu potencial para regularizar diversas áreas e beneficiar grande número de moradores. O **Presidente Renato** agradeceu a presença e contribuição, reforçando que a Câmara permanece à disposição para colaborar com o processo. Por fim, a **vereadora Tatiana** destacou que o entendimento conjunto entre Legislativo e Executivo é pela resolução definitiva da situação, reforçando que o objetivo é garantir a entrega de todas as escrituras à população, evitando novos entraves e desinformações, e reafirmando o compromisso com a conclusão do processo dentro do mandato. Encerrando, **Sr. Bruno** reiterou que permanece à disposição para colaborar dentro de seus limites, respeitando as atribuições da atual equipe técnica do Executivo. A seguir, o **Presidente** declarou encerrada a Tribuna Popular e declarou aberta a **Ordem do Dia**, a qual encerrou-se logo em seguida, uma vez que não havia matéria para apreciação. Antes de encerrar a sessão o **Presidente** anunciou que nesta quarta-feira, dia 1.º de abril, às 19 horas, será realizada Sessão de Convocação nesta Casa Legislativa. Indicou que foi convocado o Secretário Municipal de Administração, Senhor Rafael de Simone e Souza, e convidados a Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Senhora Gleida Marques da Silveira, bem como o Prefeito Municipal, Senhor Eder Aparecido de Paula Garcia, para prestarem esclarecimentos e apresentarem documentação referente aos processos seletivos simplificados destinados à contratação temporária no âmbito do Município. Informou ainda que a lista dos vereadores oradores para a presente sessão já se encontra devidamente preenchida, em conformidade com o Regimento Interno, que estabelece sua organização com antecedência mínima de 48 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os nobres *edís* para a 60.ª (sexagésima) Sessão Ordinária a ser realizada no dia 08 (oito) de abril de 2026, quarta-feira, às 17h. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação. _____ **Presidente Renato Mayer Cruz.**

Tatiana Gonçalves
Gleds da Fonseca
Renato Mayer Cruz